

O POPULISMO DE PERÓN NA ARGENTINA E DE VARGAS NO BRASIL

THE POPULISM OF PERÓN IN ARGENTINA AND VARGAS IN BRAZIL

Cinara Isolde Koch Lewinski*

Resumo: Neste artigo, pretende-se abordar o tema populismo latino-americano, analisando-se o Varguismo (1930-1945/1951-1954) e o Peronismo (1946-1955) numa perspectiva comparada. Como o populismo é um conceito de diversas interpretações, optou-se por explicar a partir das concepções de Angela de Castro Gomes e de Ernesto Laclau. Após a análise do termo supracitado, optou-se pelo resumo de diversos aspectos do populismo argentino e brasileiro para entender algumas características comuns e as especificidades de cada caso, através de diversos pontos de vista de teóricos que tratam sobre o assunto.

Palavras-chave: Peronismo; Populismo; Varguismo.

Abstract: This article intends to demonstrate the populist Latin American issue through it is analyzing the Varguismo (1930-1945 / 1951-1954) and Peronism (1946-1955) in a comparative perspective. As populism is a concept that has different interpretations, it choose to explain from Angela Castro Gomes and Ernesto Laclau conceptions. After analyzing the above term, it opted of the various aspects from Argentine and Brazilian populism, and their common characteristics and specificities, through various points of view of theoretical dealing on the subject.

Key Words: Peronism; Populism; Varguismo.

O Termo Populismo

Escrever sobre esse assunto não é uma tarefa fácil porque o termo populismo possui diversas interpretações das quais alguns autores concordam em utilizá-lo e outros possuem ressalvas em empregá-lo. Por ser um termo impreciso para compreender particularidades nacionais e conjunturais, o conceito impossibilita a recuperação do acontecimento na sua completa historicidade (CAPELATO, 2001, P.132). Apesar das críticas, o populismo tem suas características distintas na América Latina e conforme Capelato, “A reconstituição histórica em perspectiva comparada de vários “populismos” pode contribuir para a compreensão dos aspectos comuns, bem como das especificidades” (CAPELATO,2001, p. 141)

*Mestranda em História na UNISINOS como bolsista pela CAPES/PROSUP. Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2004). E-mail: cinarakoch@gmail.com.

Neste sentido, para analisar as particularidades do populismo na Argentina utilizou-se o ponto de vista de Ernesto Laclau e corresponde o estudo geral dos dois mandatos presidenciais de Juan Domingo Perón. Já no caso brasileiro, como a periodização do populismo é menos precisa do que na Argentina e há diferenciação entre autores, optou-se por estudar o marco cronológico abordado na perspectiva de Angela de Castro Gomes¹ que se situa entre o período de 1930-1964.

O populismo para Angela de Castro Gomes

Enquanto isso, Angela de Castro Gomes utiliza o termo populismo com ressalvas, mas não desconsidera a “tradição longamente aceita e compartilhada” (FERREIRA, 2001, p.108-109). O conceito de populismo, em consonância com a experiência brasileira, é um termo muito utilizado e encontra-se com diversas interpretações e empregado em diversos lugares, nos estudos universitários, nas publicações da imprensa e na linguagem cotidiana da população, enfim, passou a ser culturalmente aceito. “[...] a expressão tornou-se, na cultura política brasileira, uma espécie de “senso comum”, no sentido elaborado por Antonio Gramsci” (FERREIRA, 2001, p.07).

Apesar do termo não ser considerado pela autora como demonstração de um fenômeno que tenha conduzido as relações entre Estado e sociedade no período 1930-1964, não deixa de evidenciar o reconhecimento da sua difusão tanto nos discursos eruditos como na oratória política popular (GOMES, 1996, p.32). Devido à tradição do seu uso, o populismo teve várias formulações no decorrer da trajetória e, portanto, tem uma história. A partir, de algumas variações de sentido do conceito, a autora argumenta criticamente sobre as construções do termo através dos tempos (FERREIRA, 2001, p.88).

A primeira geração surgiu nos anos 50 e 60, quando a teoria da modernização, as ideias do Grupo Itatiaia, a explicação sociológica do movimento operário e as produções de Weffort² repercutiram nas universidades brasileiras (FERREIRA, 2001,79). Apesar das várias críticas, os resultados da primeira geração se propagam ainda nos dias atuais, tanto no material didático do ensino médio quanto na bibliografia especializada (FERREIRA, 2001, p.81) Portanto, a ideia de que o populismo é uma política das massas ainda não foi desconstruída. Mas, o que implica destacar para Angela de Castro Gomes é o modelo e “a

representação dos atores que associam um proletariado sem consciência de classe, uma classe dominante sem supremacia e um líder carismático, que subordina instituições e transcende fronteiras sociais” (GOMES, 2001, p.25 e p.26).

Por isso, as teorias inconsistentes foram desacreditadas e levaram a uma crescente insatisfação com o uso do conceito e, a partir de novas perspectivas sobre aspectos negligenciados, passaram a ser estudadas em fim dos anos 70 e início dos 80 (GOMES, 2001, p.43).

O que se questiona é abordar as relações entre Estado e classe trabalhadora a partir de paradigmas explicativos, ao mesmo tempo opostos e complementares, centrados na repressão e na manipulação, ambos surgindo como formas de violência estatal sobre os assalariados, física em uma dimensão, ideológica na outra. Como diz Angela de Castro Gomes, “elas são reconhecidas como fundamentais e como pano de fundo sem o qual uma reflexão mais refinada sobre seus impactos seria impraticável. Trata-se, portanto, de considerá-las teórica e empiricamente insuficientes e equivocadas para dar conta do fenômeno que está sendo examinado, considerando-se sobretudo seus desdobramentos ao longo do tempo (FERREIRA,2001 ,p.88).

Portanto, Angela de Castro Gomes não concorda com as imagens do populismo que disseminaram a ideia de uma classe trabalhadora inerte, sem representatividade política e social, manipulada por políticos mal- intencionados. Embora existam críticas e debates que refletem a carência de conteúdo teórico mais consistente, o termo passou a fazer parte da memória coletiva da população e difundido na cultura política brasileira, seja ela popular ou erudita. (GOMES, 2001, p.55-57)

O populismo de Ernesto Laclau

Por outro lado, seguindo a insatisfação de Angela de Castro Gomes sobre as definições do termo populismo, Ernesto Laclau produziu a sua própria teoria utilizando uma tática argumentativa através da inversão de posições teóricas tradicionais sobre o populismo, por conseguinte, se opondo as definições tradicionais que tem minado suas forças organizativas e suas práticas, particularmente na América Latina. Além disso, para o autor uma aproximação do populismo em termos de anormalidade, desvio ou manipulação é conflitante com a sua

estratégia teórica. Deste modo, Laclau se registra numa corrente de pensadores que ponderam a respeito de que nenhuma ordem simbólica pode compreender a realidade na sua totalidade. Por isso, ao invés de definir o populismo por suas características ou pela falta delas, evidencia que o populismo não é uma ideologia nem uma conduta irracional, mas segue uma lógica específica, pautada nas identidades coletivas e nas demandas sociais.

Desta forma, Laclau ampliou o modelo de racionalidade em termos de uma retórica generalizada de maneira que o populismo surja como uma possibilidade diferente e sempre presente de estruturação da vida política. Sendo assim, para ele o conceito é puramente um modo de construir a política, isto é, a atuação coletiva com vista ao atendimento de demandas sociais. No entanto, o populismo é uma articulação hegemônica, ou seja, uma relação dominante que concebe o horizonte imaginário de toda a sociedade ou de todo um campo de forças. Por isso, a hegemonia seria tanto um terreno da política e do populismo, isso quer dizer, não dá o mesmo status conceitual à política que o populismo, no entanto acredita que se contaminam mutuamente (BIGLIERI, 2008, P.65).

O Populismo em Perspectiva Comparada

Conforme Laclau, que busca traços comuns a todos os fenômenos populistas, os casos estudados estão historicamente ligados a uma crise do discurso ideológico dominante que conseqüentemente é parte de uma crise social mais geral. Dessa forma, essa crise social se apresenta como uma crise particular na classe dominante, que leva uma parcela dela a formar sua hegemonia por meio da mobilização das massas (PRADO, 1985, p.8). Para Francisco Weffort, essa situação se torna possível no período de maior crise do sistema liberal-oligárquico que é deflagrada com a crise de 1929, e “propicia uma ruptura da hegemonia política oligárquica” (PRADO, 1985, p.12). A crise repercutiu em toda a América Latina de forma decisiva. Segundo Octavio Ianni, as crises no capitalismo mundial ocasionaram uma transformação, na qual o populismo adquire uma atitude econômica favorável à industrialização (PRADO, 1985, p. 75-76). Ou seja, o Governo populista na Argentina e no Brasil fez intervenções na economia, na qual o predomínio dos investimentos do Estado nas indústrias em comparação as demais atividades, levou a incentivar o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas (PRADO, 1985, p.76). Portanto, o populismo aconteceu na

América Latina em um período em que houve necessidade de um rearranjo na sociedade para o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos nos moldes capitalistas.

Populismo na Argentina

Na Argentina, um enorme contingente de imigrantes europeus chegava ao país nas últimas duas décadas do séc.XIX e início do séc. XX. Nesse momento, estava ocorrendo um período de grande prosperidade econômica até que aconteceu a crise de 1929, causando a decadência do comércio internacional, dificultando as importações e exportações (PRADO, 1985, p.40).

Após a crise de 1929, o país sofreu golpes militares em 1930 e 1943. O golpe de 1930 que destituiu o governo de Hipolito Yrigoyen, da União Cívica Radical e colocou o Tenente General J. F. Uriburu no poder, representava a volta dos tradicionais interesses exportadores, descontentes com as medidas nacionalistas e antioligárquicas do governo radical. Porém, já no golpe de 4 de Junho de 1943, obra das Forças Armadas, possuía aspirações nacionalistas, expansionistas e antiliberais. Este governo colocou no Departamento Nacional do Trabalho, que mais tarde se tornou Secretaria do Trabalho e Previsão, Juan Domingo Perón (PRADO, 1985, p.43-44). Uma das várias preocupações da elite revolucionária era resolver o problema da ameaça comunista. Boa parte dos camaradas de Perón era adepta a uma política de repressão. No entanto, Perón se propôs a acabar com a ameaça comunista através de uma política de concessões aos trabalhadores e procurou uma aproximação com os principais dirigentes sindicais, com exceção dos comunistas. Porém, não havia verba para executar as promessas sob proteção estatal aos direitos trabalhistas. Por isso, os compromissos do Secretário do Trabalho com os operários desenrolaram em uma nova realidade; os poderes públicos invadiram a vida das empresas, impondo a negociação coletiva, estimulando a filiação sindical e ocasionando uma disputa interna na elite revolucionária (TORRE, 2002, p.25). Este por sua vez, tomou medidas que não agradaram os empresários, os socialistas e aos comunistas afetados por suas medidas autoritárias. Apesar disso, Perón desenvolveu uma política trabalhista para desarticular os sindicatos combativos frente ao Governo, por meio da associação e da violência (PRADO, 1985, p.45).

No entanto, o regime militar da Argentina do pós-guerra teve que se ajustar aos novos tempos e em 1945, os partidos voltaram à legalidade e se convocou as eleições. Perón ainda amparado pelo apoio do Exército e pela Igreja Católica pretendia ter a adesão dos dirigentes sindicais e também esperava ter das classes patronais para governar o país. Porém, seu intuito fracassou, pois as suas iniciativas na secretaria do Trabalho não foram de encontro às expectativas dos empresários que, ao invés de temer mais o avanço comunista passaram a se amedrontar com a gestão de Perón, que em nome da justiça social incentivava a movimentação operária e as tensões trabalhistas (TORRE, 2002, p.27-28, tradução nossa).

Perón ao tomar uma decisão estratégica utilizando sua retórica para ganhar a simpatia popular “proclamou o advento das massas e o fim da dominação burguesa e convocou os trabalhadores a mobilizar-se contra o complô reacionário que ameaçava a obra da Revolução de Junho” (TORRE, 2002, p.30, tradução nossa). Houve, em contrapartida, uma mobilização organizada pela Junta de Coordenação Democrática, dos quais participaram estudantes, profissionais liberais, comerciantes e a classe média em geral. Depois disso, a poderosa guarnição de “Campo de Mayo”, o maior amparo militar de Perón, exigiu a sua renúncia de todos os seus cargos e ainda foi preso. No mesmo dia, Buenos Aires assistiu a uma grande manifestação popular solicitando a libertação de Perón. Após isso, apareceu como candidato à presidência do país, se transformando em um símbolo do movimento social conduzido pelas massas populares (PRADO, 1985, p. 45-46). Logo, Perón chegou ao poder na Argentina, através de eleições legais no dia 4 de julho de 1946.

No primeiro mandato de governo (1946 a 1952), Perón ao assumir mostrou-se “um homem de armas” para ganhar a simpatia da corporação militar e, por isso, houve uma elevada participação de generais nos principais cargos do governo, nos anos de 1946-1951. Esta aliança política do Governo com os militares foi possível, pois ambos eram a favor do nacionalismo, da industrialização e do anticomunismo (TORRE, 2002, p. 41).

A economia, no início do governo peronista, foi muito favorecida pela situação da Argentina no contexto internacional, pois com a guerra o país havia acumulado divisas no exterior. Por isso, do ponto de vista econômico foi avaliado como um momento de euforia, proporcionando aos operários acréscimos salariais constantes, além de benfeitorias sociais, assim desenvolvendo toda uma política trabalhista. Tais medidas não agradaram às classes dominantes, que começaram a se opor ao Governo Peronista. Perón tomou várias medidas de

caráter nacionalista para incentivar o crescimento da indústria leve como o plano quinquenal. Também foram estabelecidas pelo governo populista, a nacionalização do Banco Central e da fundação do IAPI³ e assim, o presidente colocou todo o comércio exterior sob o controle do Estado. Bem como implantou a nacionalização das estradas de ferro e das outras empresas de transporte, das empresas elétricas, dos serviços telefônicos. Além disso, criou uma frota aérea⁴ e a empresa de gás do Estado (PRADO, 1985, p.50).

Do ponto de vista político, existiu uma concentração do poder e um crescente autoritarismo por parte do Executivo. O Partido Laboral que o elegeu não era coeso e, por causa disso, foi dissolvido. A partir daí, Perón criou o seu próprio partido, o Partido Peronista. Este se tornou a ligação de dependência dos sindicatos do Estado, já que estes também faziam parte da composição partidária. E em seus discursos, Perón deixava claro esta situação:

[...] acima dos interesses e das reivindicações das classes sociais está o interesse da Nação, representado pelo Estado personificado em Perón. Fica também evidente este entrelaçamento, para não dizer subordinação, dos sindicatos ao estado, já que este expressa os “verdadeiros” interesses da nação, submetendo a estes todas as demais aspirações (PRADO, 1985, p.52).

Além disso, Perón optou por reforçar o regime por meio de mecanismos de controle burocráticos e repressivos. Adotou medidas bastante arbitrárias em relação à Corte Suprema, destituiu juízes, evidenciando a força do executivo diante do Judiciário. Em relação às Universidades, expulsou milhares de professores hostis ao seu Governo; agrupamentos estudantis foram declarados fora da lei e extinguiu grande parte das instituições da Reforma de 1918. Logo, a repressão crescente do poder oficial à oposição aumentava e, em 1947, os jornais da oposição foram fechados; se iniciou a compra das radiodifusoras privadas por grupos econômicos atrelados ao regime. Por conseguinte, Perón preparou um aparelho de propaganda de repressão de grande envergadura que buscou amedrontar e silenciar toda e qualquer oposição (TORRE, 2002, p. 42-43).

Perón também se preocupou com a reformulação da Constituição que foi promulgada no dia 1º de maio de 1949 e ficou conhecida como Constituição Justicialista⁵ organizada por uma Assembleia Constituinte.

Os artigos mais polêmicos resumiram-se a dois: pelo artigo 40, todos os minerais, quedas d'água, jazidas de petróleo, gás e demais fontes naturais de energia, assim como todos os serviços públicos (estradas de ferro, gás, luz, telefone, etc.) pertenciam ao Estado e não poderiam ser alienados ou concedidos à exploração. O outro artigo- para alguns, o móvel fundamental da reelaboração da Constituição – rezava a possibilidade da reeleição presidencial (PRADO, 1985, p.53).

Naquela ocasião, seu primeiro mandato acabava sob forte repressão aos inimigos, porém, a prosperidade econômica, a adesão popular e o autoritarismo colaboraram para que o regime militar se desenvolvesse de acordo os planos do governo populista (TORRE, 2002, p.50).

Por outro lado, o segundo período presidencial caracterizou-se por uma circunstância muito diferente do momento anterior. As reservas monetárias haviam-se acabado; não havia poupança interna suficiente, pois a inflação crescia e, por isso, nessas condições era muito difícil atender às reivindicações populares; não tinha mais como atender os mecanismos assistenciais da CGT⁶. Os capitais externos receavam investir na Argentina por não se sentirem suficientemente seguros. Portanto, a ordem anunciada no Segundo Plano Quinquenal era produzir para o desenvolvimento da nação e impedir greves reivindicatórias. Isso quer dizer, que enquanto não houve uma crise econômica na Argentina, Perón procurava abolir a luta de classes através de um acordo entre trabalhadores e patrões ao amparo da justiça que provinha do Estado. Com essa política, o líder teve completo êxito no controle das classes trabalhadoras, tanto socialmente como politicamente.

Um conflito com uma das bases de manutenção do governo peronista, a Igreja, apareceu no segundo mandato presidencial: Perón acusou alguns sacerdotes e bispos de sabotagem as ações governamentais. Além disso, a centralização do poder crescente por parte de Perón foi afetando com o tempo as relações até o rompimento definitivo com a Igreja (TORRE, 2002, p.69):

Perón tomou [...] uma [...] série de medidas contrárias à Igreja: a revogação da lei do ensino religioso obrigatório, a implantação do divórcio e em 1955 a proposta de separação da Igreja e o Estado. Do lado peronista, um anticlericalismo generalizado tomou conta de seus adeptos, que passaram a ver a Igreja como responsável por quase tudo que ocorria (PRADO, 1985, p.57).

O rompimento com a Igreja também acabou dividindo seus apoios nas Forças Armadas e pôs em desenvolvimento uma conspiração militar que mais tarde levou Perón a renunciar (TORRE, 2002, p.68). A crise econômica aumentava, as classes médias não conservavam mais o mesmo apoio ao governo, pois a época de euforia acabou. O arbítrio e o autoritarismo político do governo populista tinham feito muitos inimigos⁷ e a oposição manifestava abertamente seu descontentamento. “A situação econômica e a manutenção da reprodução do capital encaminhavam para uma nova solução de acomodamento entre o capital nacional e o internacional. A via nacionalista parecia esgotar-se”. (PRADO, 1985, p.57)

Além disso, crescia por razões diversas, o antiperonismo muito presente na Marinha e entre as demais correntes militares. E por isso, em 16 de setembro de 1955, um levante militar liderado pelo futuro presidente argentino Lonardi, avançava em direção a Buenos Aires. Em 22 de setembro, Perón renunciava, dirigindo-se ao exílio no Paraguai (PRADO, 1985, p.59).

Os anos peronistas acabaram, porém, para os adversários ficaram as lembranças do período em que as liberdades públicas e o pluralismo político estavam limitados. Com uma política anticomunista, o peronismo teve êxito, pois na Argentina as correntes ideológicas de esquerda perderam influência social, restringindo seu controle nos grupos intelectuais e nos meios universitários. Já, para os trabalhadores foi um momento em que alcançaram níveis de vida e expectativas sociais que os tornaram membros importantes da sociedade e da economia que cresceram sobre essas bases. (TORRE, 2002, p.73-75)

O Populismo no Brasil

Outra demonstração típica do populismo foi o Governo de Getúlio Vargas que tomou o poder em novembro de 1930, através da eleição indireta, e nele permaneceu como chefe de governo provisório por meio da ditadura durante o período de quinze anos (SKIDMORE, 1982, p.21) Voltou à Presidência pelo voto popular em 1951 e governou até 1954, quando cometeu suicídio.

No início dos anos de 1930, o Governo Provisório procurou se afirmar no poder em uma conjuntura de incertezas. A crise mundial apresentava como consequência uma produção

agrícola sem mercado e, por isso, as dificuldades financeiras cresciam (SKIDMORE, 1982, p.31). No plano político, os “tenentes”⁸ apoiavam Vargas em seu propósito de mudanças na administração pública, na assistência social e no nível da consciência nacional (SKIDMORE, 1982, p.28). Assim sendo, o processo político entre os anos 1930-1934 foram marcados pela questão do tenentismo, pela luta entre o poder central e os grupos regionais que culminou na “Revolução Constitucionalista”. Liderada pelos patriarcas políticos da República Velha, a revolução objetivava regressar às formas oligárquicas de poder e estabelecer uma democracia liberal no país (SKIDMORE, 1982, p.37-38).

Foi também no governo provisório que Vargas outorgou uma nova constituição em 1934. Então, os tenentes acharam mais prudente que neste documento ficasse decidido que anteriormente às eleições diretas, a Assembleia Constituinte, transformada em Câmara dos Deputados, teria poderes para escolher o Presidente da República (SKIDMORE, 1982, p.39). No dia 15 de julho de 1934, pelo voto indireto da Assembleia Nacional Constituinte o Governo Provisório deixou de existir e Getúlio Vargas foi eleito Presidente da República até às eleições diretas, previstas para 1938 (SKIDMORE, 1982, p.40).

No entanto, Vargas manipulava os militares e a classe média incutindo a ideia de inviabilidade de uma política aberta. Desta forma, em 1935 o Congresso aprovou “uma Lei de Segurança Nacional, dando ao governo federal poderes especiais para reprimir atividade políticas ‘subversivas’” (SKIDMORE, 1982, p.42). Logo, Vargas já estava manobrando para dar o golpe e finalmente surgiu um plano, que muitos participantes da ala revolucionária comunista concluíram que foi forjado pelos integralistas “que infiltrados tanto na Aliança Nacional Libertadora quanto no próprio Partido Comunista⁹” (SKIDMORE, 1982, p.42) participaram da revolta facilmente reprimida pelo Governo. Após esse episódio, cada vez mais o Congresso dava a Vargas mais poderes e por isso, o “encorajava projetos de um regime autoritário que eliminasse as divididas forças políticas e deixasse o presidente de mãos livres para levar a cabo a ‘reorganização’ do Brasil, [...]” (SKIDMORE, 1982, p.46). Sendo assim, no dia 10 de novembro de 1937, apoiado pelas Forças Armadas, Vargas promulgou uma nova fase política, o início da ditadura do Estado Novo e a entrada em vigor de uma Carta Constitucional elaborada por Francisco Campos. Por conseguinte, o Brasil passou a ter um regime implantado numa postura autoritária, reprimindo os inimigos.

A construção da unidade nacional era tarefa que não comportava a existência de partidos, grupos ou facções que impediriam a formação de um verdadeiro espírito nacional, alimentando conflitos regionais e individuais. O Estado nacional precisava de um regime forte e centralizador, capaz de combater os excessos de regionalismo e individualismo que se manifestariam nas formações partidárias (GOMES, 1982, p.137).

Dessa forma, muitas mudanças nas instituições políticas e na administração pública tinham como objetivo a unificação administrativa para que o presidente pudesse articular uma rede nacional de alianças políticas. Portanto, Vargas modificou as relações entre o poder federal e estadual “e, com isso, aproximou muito mais o Brasil de um governo verdadeiramente nacional” (SKIDMORE, 1982, p.55).

Já no plano econômico, a influência inicial para a industrialização partiu dos militares. “A Depressão demonstrou que o Brasil não poderia escolher senão a industrialização, se quisesse se transformar numa nação moderna e numa potência mundial” (SKIDMORE, 1982, p.71). Apesar da necessidade da industrialização, no período de 1930-1937 não houve uma linha clara de estímulo ao setor industrial, que suprisse as importações pela produção interna e que procurasse a nacionalização das empresas (SKIDMORE, 1982, p.70).

Porém, um dos aspectos que se sobressaiu no Governo Vargas foi à política trabalhista numa tentativa de constituir uma nova base política. “Primeiramente, veio a vasta legislação da previdência social (como por exemplo, a assistência médica, as aposentadorias e pensões aos trabalhadores)” (SKIDMORE, 1982, p.70). Depois, surgiu a nova estrutura sindical controlada pelo Ministério do Trabalho, onde somente os sindicatos reconhecidos pelo Governo eram considerados legais. Devido ao aumento da organização sindical, em 1941, o Governo excluiu os militantes operários independentes da liderança e substituiu pelos “pelegos”¹⁰, e deste modo, conseguiu reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado.

Os sindicatos são transformados em órgãos públicos, deixando de ser instituições de direito privado para se constituírem em órgãos de cooperação sob tutela estatal. Mas os sindicatos devem-se restringir às questões técnicas, que digam respeito aos interesses e ao bem-estar da vida dos trabalhadores, não se imiscuindo em questões propriamente políticas. Contudo, é justamente através dos sindicatos que o Estado Nacional realiza organizacionalmente e legitima simbolicamente o seu projeto político. Sem dúvida, trata-se de um projeto primoroso que permite a inserção do povo no

cenário político, sob o controle ao mesmo tempo “científico” e pessoal do Estado. A possível rigidez e frieza de uma ordem social hierarquizada é temperada pela autoridade pessoal de um líder paternal que se volta para o povo de trabalhadores (GOMES, 1982, p.142).

Entretanto, o Estado Novo estava por acabar, pois o Governo Vargas convivia na instabilidade e com o fim da Segunda Guerra Mundial, os estudantes universitários intensificaram a mobilização contra a ditadura; as greves operárias começaram a reaparecer depois de muita repressão. “[...], os protestos começaram a permear através da cortina de censura” (SKIDMORE, 1982, p.73). Portanto, neste momento instável, houve um jogo político complexo do qual Vargas foi deposto do cargo, “não pelo poder da oposição civil, mas por decisão do Alto Comando do Exército” (SKIDMORE, 1982, p.70).

Todavia, Vargas não permaneceu por muito tempo fora da presidência. O retorno começou quando ele foi lançado candidato à presidência pelo PTB em julho de 1950 (SKIDMORE, 1982, p.109). Em 3 de outubro de 1950, Getúlio Vargas foi eleito com 48,7% dos votos, pelo voto popular, e tomou a presidência da República em janeiro de 1951 (SKIDMORE, 1982, p.109-110).

Porém, no início da década de 50, o Brasil era outro. A sociedade brasileira mostrava uma estrutura de classes mais claramente distinta do que a do tempo do Estado Novo. “o duplo processo de industrialização e urbanização se ampliara e fortalecera em três setores: os industriais, a classe operária urbana e a classe média urbana¹¹” (SKIDMORE, 1982, p.111). Assim sendo, Vargas concentrou o desenvolvimento econômico na aceleração da industrialização e na diversificação da economia para conseguir apoio da maior parte da população (SKIDMORE, 1982, p.116).

Vargas durante o seu segundo mandato teve que enfrentar vários problemas econômicos, no campo externo precisava ajustar os déficits no balanço de pagamentos e, no campo interno, devia resolver o problema da inflação. Uma política mista foi a estratégia utilizada pelo Governo. Perante a proposta de “criar condições para eliminar obstáculos ao fluxo de investimentos, públicos, particulares, estrangeiros e nacionais, necessários para promover o desenvolvimento econômico” (SKIDMORE, 1982, p.125) concordava com as regras tradicionais de um sistema econômico internacional.

Vargas indicou em sua mensagem ao Congresso, em 1951, que o seu governo iria facilitar o investimento de capitais privados estrangeiros, sobretudo em associação com os nacionais, uma vez que não firiam interesses políticos fundamentais do nosso País (SKIDMORE, 1982, p.125).

Esta posição ficou evidente quando aceitou assistência técnica e empréstimos do governo americano e, dessa forma, criou em 1952, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), que se propôs a diminuir as carências na infraestrutura que impediam o crescimento da economia brasileira. Além disso, o suporte técnico americano instituiu grandes programas de investimento nas áreas de transporte e energia, pois avaliou como sendo os dois principais problemas que impediam o desenvolvimento da economia (SKIDMORE, 1982, p.125).

Vargas também passou a utilizar um nacionalismo econômico mais agressivo. Enfatizava a necessidade de se ter empresas públicas como instrumento básico da política de investimentos. A lei da Petrobrás que foi aprovada em outubro de 1953, se tornou um exemplo dessa política “nacionalista” (SKIDMORE, 1982, p.128) No obstante, medidas nacionalistas tinham que ser compensadas por medidas que favorecessem a liberalização do câmbio. Por isso, no mesmo mês da aprovação da lei da Petrobrás instaurou “o sistema de taxas múltiplas de câmbio, que facilitaria os investimentos estrangeiros e ajudaria a restaurar o equilíbrio financeiro do Brasil com o mundo exterior [...]” (SKIDMORE, 1982, p.132).

No entanto, Vargas ficou mais limitado no campo político com as medidas econômicas tomadas em seu Governo. A sua política econômica foi severamente criticada, tanto pela esquerda quanto pela direita, nas suas tentativas de acordo com os extremos opostos (SKIDMORE, 1982, p.141). Recorria para o nacionalismo econômico procurando a adesão das diferentes classes, pois precisava garantir o apoio da maioria no Congresso e no eleitorado. (SKIDMORE, 1982, p.145).

O nacionalismo econômico, portanto, poderia ser muito útil como meio de edificar um consenso popular. O nacionalismo era um sentimento que podia unir brasileiros de diversas classes e setores, dar-lhes um senso de comunidade. Como argumentavam os apologistas intelectuais do nacionalismo desenvolvimentista, a identificação com a nação em um esforço comum poderia ajudar a superar as tensões de classe produzidas por uma sociedade em desenvolvimento (SKIDMORE, 1982, p.143).

Entretanto, a classe média e os políticos da extrema direita¹² estavam receosos com relação às intenções da campanha nacionalista, ou seja, temiam uma manobra para a revolução (SKIDMORE, 1982, p.144). A UDN¹³ resolveu tentar o afastamento do presidente por meios legais, através do Congresso. Porém, Getúlio ainda contava com a adesão da maioria parlamentar (SKIDMORE, 1982, p.170). Mas, aos poucos, foi perdendo o apoio dos industriais, da classe média e dos militares, com suas estratégias imprudentes e a crise política que acompanhou seu governo chegou ao seu extremo com episódio da Rua Toneleros. As implicações desse episódio levaram o comando do Exército a intimar Vargas a renunciar. Antes disso, utilizou sua última estratégia, cometeu suicídio no dia 24 de agosto de 1954 (SKIDMORE, 1982, p.179).

Considerações finais:

A breve discussão sobre o assunto procurou esclarecer que o termo populismo precisa ser usado com cuidado, pois há diversas interpretações sobre o conceito. Acredito que tenha demonstrado através das teorias de Angela de Castro Gomes e Ernesto Laclau como o populismo pode ser empregado de diferentes formas. Angela de Castro Gomes, por exemplo, têm muitas críticas a respeito no uso do conceito, pois considera que há carência de conteúdo teórico mais consistente, mas aceita que o termo passou a fazer parte da memória coletiva da população brasileira para definir o período que ocorreu anteriormente ao golpe militar. Já, Ernesto Laclau empregou o termo populismo e produziu a sua própria teoria se contrapondo as definições tradicionais. Porém, também não concordou, como Angela de Castro Gomes, em aproximar o populismo com a ideia de manipulação das “massas”. Para ele, o populismo não seria uma ideologia nem uma conduta irracional, mas segue uma lógica específica, pautada nas identidades coletivas e nas demandas sociais. Portanto, o populismo para Laclau não é político, mas é uma forma de suprir as demandas sociais, mesmo que a política e o populismo se contaminem mutuamente.

Sendo assim, através dos teóricos estudados, se buscou uma análise mais abrangente dos casos na Argentina e no Brasil, em uma perspectiva comparada, para entender melhor o processo que ocorreu e que muitos conceituam como populismo. Este artigo não foi escrito com a pretensão de abranger a totalidade do estudo desses momentos históricos, pois se sabe

que a pesquisa sobre essas duas experiências não pode levar a uma conceituação teórica abreviada do populismo, pois há muitas especificidades entre os casos comparados. No entanto, de maneira abrangente se buscou traços comuns entre os dois governos. Tanto na Argentina quanto no Brasil, houve o apoio das Forças Armadas com pretensões nacionalistas, expansionistas e antiliberais, devido à preocupação das elites com o problema da ameaça comunista. O “populismo” surgiu então, como uma solução para a manutenção do capitalismo nos países latino-americanos, perpetuando a dinâmica própria do mercado no cenário mundial. Tanto Perón quanto Vargas combateram o avanço das ideologias socialistas e criaram vários mecanismos para combatê-las, em nome da unidade nacional. Embora, procurassem a simpatia dos trabalhadores, através de concessões para suprir as suas demandas sociais, buscavam reprimir os seus opositores com a censura nos meios de comunicação e por meio da violência. Enfim, do ponto de vista político existiu uma concentração do poder e um crescente autoritarismo por parte do Executivo de Perón e de Vargas, dos quais a liberdade política era conflitante com os “interesses nacionais”.

Referências Bibliográficas

BIGLIERI, Paula. *Nueva conceptualización sobre populismo en América Latina*. La emergencia del kirchnerismo, en Arturo Fernández y Cecilia Lesgart (comps.), *La democracia en América Latina. Partidos políticos y movimientos sociales*. Rosario, Homo Sapiens, 2008, pp. 64-72.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Populismo latino-americano em discussão*. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 125-166.

_____. *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.59-124.

GOMES, Angela de Castro. *O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.17-58.

_____. *O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil* (Notas sobre a Trajetória de um Conceito). Tempo. Rio de Janeiro, vol.1 n° 2,1996, p.31- 58.

LACLAU, Ernesto. *A Razão Populista*. Rio de Janeiro: EdUERJ , 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. *Estado novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Política e sociedade)

PRADO, Maria Lígia. *O Populismo na América Latina (Argentina e México)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

SKIDMORE, Thomas E..*Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*/Thomas E. Skidmore; apresentação de Francisco de Assis Barbosa; tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. – 7ª edição-Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TORRE, Juan Carlos. *Los años peronistas (1943-1955)*. T. VIII, col. Nueva Historia Argentina. Buenos Aires, Sudamericana, 2002, p.11-78.

¹ A autora utiliza o termo com ressalvas, pois, para ela o termo foi construído e não abarca todo o acontecimento do período.

² O “novo proletariado” da década de 30, [...] teria surgido, no dizer de Werneck Vianna, com uma “concepção individualista que traz do mundo do tradicionalismo agrário- se tornaria na massa de manobra do populismo [...]” (FERREIRA, 2001, p.73).

³ Instituto Argentino de Promoção de Intercâmbio.

⁴ Aerolíneas Argentinas.

⁵ Nome dado à política social de Perón.

⁶ Confederación General del Trabajo de la República Argentina.

⁷ Além, dos opositores tradicionais do regime, Perón era rejeitado pela oligarquia agrarista, pelos empresários mais poderosos da burguesia industrial e pelo capital estrangeiro em geral.

⁸ Eram os tenentes que haviam ensaiado uma série de revoltas abortadas em 1922 e 1924 no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Eram ambiciosos jovens oficiais que desejavam o aparecimento do Brasil como nação moderna. (SKIDMORE, 1982, p.28).

⁹ O Partido Comunista do Brasil assumiu uma postura antifascista. A formação da frente antiintegralista resultou na Aliança Nacional Libertadora. Luís Carlos Prestes, convertido ao marxismo, foi eleito presidente de honra da ANL.

¹⁰ Agentes do Ministério do Trabalho colocados na posição de líderes sindicais.

¹¹ A classe média urbana compreendia dois grupos principais: os burocratas e administradores cujo status econômico resultava mais da urbanização e do crescimento do poder federal; e o outro grupo, maior parte da classe média, era formada por administradores e profissionais liberais que encaravam a industrialização e a expansão dos métodos técnicos “modernos” como indispensáveis para o futuro do Brasil (SKIDMORE, 1982, p.113).

¹² Liderada por porta-vozes das classes tradicionais que faziam oposição à industrialização.

¹³ A União Democrática Nacional, um partido político oposicionista de Getúlio Vargas, criado no Brasil em 1945.